

O CORONELISMO: UMA NOVA ABORDAGEM

José de Ribamar C. Caldeira
Universidade Federal do Maranhão

Em linhas gerais, o coronelismo pode ser apresentado como forma peculiar de dominação social e política, exercida por grandes proprietários de terras sobre populações camponesas. Segundo essa perspectiva, tem sido apreendido como uma **totalidade específica**, resultante da conjunção de fatores sócio-econômicos e político-ideológicos, a envolver indivíduos e grupos distintos e socialmente definidos na estrutura de formação brasileira. Porém, o coronelismo pode ser considerado uma **relação**, dotada de dimensões sociais, econômicas, políticas e ideológicas que o integram e não podem ser apreciadas isoladamente.

Os trabalhos pioneiros de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o tema, enunciaram as diversas dimensões que lhe são próprias, ao mesmo tempo em que forneceram os principais fundamentos que o informam, para a sua investigação empírica, teórica e histórica. A partir de suas proposições, outros autores analisaram o coronelismo, com vistas a apreendê-lo sob novos ângulos, sem contudo afastar-se das premissas que o enunciam. Dentre tais autores, por exemplo, pode-se fazer referência a Décio Saes. Para esse autor, o coronelismo resultou, de um lado, de relações de dominação e servidão, existentes entre grandes proprietários rurais e camponeses; de outro, de **compromisso** entre o Estado e aqueles senhores, através do qual estes recebiam favores do primeiro, em troca de apoio político. Os coronéis constituíam importante base de sustentação do Estado, denominado burguês.

Seria fastidioso apreciar, aqui, os diversos trabalhos existentes sobre o coronelismo. Contudo, importa frisar, com alguma regularidade surgem estudos sobre o tema, o que indica a sua frequência entre os objetos investigados por cientistas sociais.

Desses estudos, o último dos quais tomamos conhecimento, é da autoria de Ibarê Dantas, intitulado **Coronelismo e Dominação**, Aracajú, Universidade Federal de Sergipe. PROEX/CECAC, Gráfica Diplomata Ltda. 1987, 110 páginas.

Em seu trabalho, o autor revisa os principais estudos realizados sobre o coronelismo e privilegia os aspectos políticos inerentes ao seu

objeto de análise. Nesse sentido, o aborda como uma **prática**, fundada na **dominação política**. Daí conceituar o coronelismo “como uma forma de **representação política** exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que se impõem como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de **dominação**” (p. 18). Sob essa ótica, o coronelismo é enunciado como **variável** possuidora de autonomia relativa, pouco conectada com os demais fundamentos que lhe conferem sustentação, que emerge como força política ideologicamente orientada para a preservação do **statu quo**, bem como fica adstrito a sinônimo de **dominação política**. Quanto aos coronéis, incluem-se na categoria de agentes de intermediação entre os grupos dirigentes regionais e as populações camponesas. Ora, conforme têm demonstrado os estudos empíricos, os coronéis incluem-se entre os integrantes das oligarquias, a exercerem influência política sobre os grupos dirigentes regionais e nacionais, mesmo no caso daqueles que não se apresentam na condição de mandatários políticos.

Porém, Ibarê Dantas propõe questões de interesse para os estudiosos do tema, sobretudo quando analisa a evolução histórica do coronelismo, atrelando-a aos avanços do capitalismo urbano-industrial no Brasil, às mudanças ocorridas na sociedade nacional e às novas funções assumidas pelo aparelho de Estado. Ao longo daquela trajetória, o coronelismo teve o seu período de apogeu entre 1900 e 1930. A partir de 1945, começa a declinar, como força política, por impulsão da **modernização**. O chefe político local passou a utilizar os “recursos do Estado de forma racional, como instrumento do clientelismo” e foi “perdendo seu estatuto de coronel” (p. 35). A mudança de estilo teria alterado o conteúdo da dominação coronelista?

O estudo de Ibarê Dantas se soma à bibliografia sobre o tema, procurando enriquecê-lo. Porém, seguindo o exemplo de muitos dos trabalhos recentes, deixou de lado a apreciação dos partidos políticos, instrumentos controlados pelos coronéis, através dos quais influenciaram as políticas de governos, em suas diversas instâncias. Os PRs da República Velha e, mais tarde, o PSD e a UDN os abrigavam, para a defesa de seus interesses. Excluir a relação dos coronéis com o sistema partidário, constitui tendência que se arrisca a suprimir importante fator integrante das práticas coronelistas.

No seu esforço de explicação teórica e histórica do coronelismo, Ibarê Dantas aparece, provavelmente, como o primeiro autor brasileiro a aplicar os conceitos de Sociedade Política e Sociedade Civil, em sua vertente gramsciana. Embora interessante, pareceu-nos pouco correta a sua utilização. Como pensar funda oposição entre Estado e Sociedade, no caso brasileiro, se o primeiro aparece controlado por forças sociais

diversas? Como admitir tal oposição se, conforme o autor, "Não obstante o seu definimento, o coronelismo moldou o Estado aos interesses dos proprietários rurais (e) subverteu o sistema representativo" (p. 38). De que modo aceitar a mesma oposição, considerando-se a predominância do **patrimonialismo**, ao longo do período histórico analisado pelo autor? Em que posição colocar o **clientelismo político**, resultante de interesses das classes subalternas urbanas, com a conivência dos "donos do poder"? Apesar dessas observações, a recorrência de Ibarê Dantas aos citados conceitos de Gramsci aparece revestida de importância, por suscitar indagações que encaminham a apreciação do coronelismo para novas abordagens teóricas.

A complementar seu estudo sobre o coronelismo, o autor incorporou pesquisa sobre a vida política no Município de Itabaiana (Sergipe), de 1945 ao começo desta década. Trata-se de análise das práticas políticas de chefes municipais, apoiada em dados empíricos que contribuem para ampliar as informações sobre o exercício de mandonismo local e suas mutações, nos quatro últimos decênios.

Inclui-se o estudo de Ibarê Dantas entre os trabalhos que abordam o coronelismo sob novos enfoques. De um lado, por propor a inclusão de questionamentos até agora pouco presentes, nas análises atuais sobre o tema; de outro, por constituir contribuição prestada pelo autor, para manter vivo o debate sobre assunto de larga importância para a compreensão do sistema político brasileiro, sob o regime republicano.